

Assembleia Municipal

Vila do Conde

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE FEVEREIRO DE 2013

--- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, nesta cidade de Vila do Conde, no edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 – Período de Antes da Ordem do Dia; 2 – Período da Ordem do Dia: a) Ata da sessão ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e doze; b) Alteração à Postura de Trânsito da freguesia de Vila do Conde; c) Mapa do pessoal dois mil e doze/dois mil e treze – Alteração; d) Revisão e alteração do PAF, Plano de Ajustamento Financeiro, no âmbito do PAEL e repartição do FEF para o ano de dois mil e catorze e seguintes”; e) Informação da presidência da Câmara sobre a actividade municipal. 3 – Período de Depois da Ordem do Dia.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Lúcio Ferreira, procedeu à chamada e verificou a existência de quórum. Abriu a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.-----

--- Encontravam-se presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Eng^o Mário de Almeida, e os Vereadores: Eng^o António Caetano, Prof. Dr. Vítor Costa, Dr. José Aurélio Baptista, Enf^o Carlos Figueira, Dr. Pedro Brás Marques e Eng^o Pedro Mesquita.-----

--- Pediram a suspensão dos respetivos mandatos e justificaram as faltas, os deputados: Carlos Laranja, Joaquim Fernando Amorim Costa, Vítor Manuel Fernandes Carvalho da Silva do PS, Miguel Delfim Maia Ferreira da Silva, Maria Emília Ramos Campos Oliveira, Francisco Araújo Carvalho e Joaquim Adriano Neves Carvalho do PSD. Foram substituídos pelos deputados suplentes que se encontravam presentes e tomaram posse, Jorge Pino do PS, Fernando Manuel Alves Maia da Silva do PSD e Ernesto António Queirós Pereira do PSD.-----

--- Faltaram os deputados: Ana Maria Abreu, Ana Mendes Mota, Maria Adelaide Laranja do PS.-----

--- Faltaram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Aveleda (justificou a falta), Fajozes (justificou a falta), Junqueira, Labruge, Macieira da Maia, Modivas e Touguinhó.-----

--- O Presidente da Junta de Bagunte pediu a sua substituição pelo membro da Junta, Carlos Manuel Amorim Cardoso, tesoureiro, o qual tomou posse.-----

--- Dada a ausência do primeiro secretário, foi aprovado que a Mesa fosse composta pelo Presidente, Dr. Lúcio Ferreira, pela secretária Dr.^a Ana Luísa Beirão e por João Carvalho.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida e colocou-a à disposição dos deputados municipais.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão, pelas vinte e uma horas e

Assembleia Municipal

Vila do Conde

- quarenta minutos, com o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA¹:-----
- Documento Um, apresentado pelo CDS/PP, VOTO DE PESAR² pelo falecimento do empresário Artur Azevedo.-----
- Interveio o deputado Bruno Almeida do PS.-----
- Este Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.-----
- Documento Dois, apresentado pelo PS, MOÇÃO³ relativamente ao alargamento do acesso às A7 e A28.-----
- Intervieram: Manuel Amorim do PSD, Armando Herculano do BE, Bruno Almeida do PS, Presidentes das Juntas de Freguesia de Guilhabreu (Ramiro Costa) e de Canidelo (Carlos Lopes), Fernando Reis da CDU, Afonso Ferreira do CDS/PP, Presidente da Junta de Retorta (António Castro) e o Presidente da Câmara (Mário de Almeida).-----
- Esta Moção foi aprovada por unanimidade.-----
- Documento três, MOÇÃO⁴, apresentada pela CDU, relativa à defesa dos micro, pequenos e médios empresários.-----
- Esta moção, depois de corrigida, foi aprovada por unanimidade.-----
- Documento quatro, DECLARAÇÃO POLÍTICA⁵, apresentada pelo CDS/PP.-----
- Documento cinco, VOTO DE CONGRATULAÇÃO⁶, apresentado pelo PS, pelas comemorações do quinquagésimo aniversário do Ginásio Clube Vilacondense.-----
- Esta moção foi aprovada por unanimidade.-----
- Documento seis, VOTO DE LOUVOR⁷, apresentado pelo CDS/PP, ao escritor Valter Hugo Mãe.-----
- Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade.-----
- O Período de Antes do Ordem do Dia foi encerrado, passando-se para o PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----
- a) Ata da sessão ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e doze.-----
- Intervieram os deputados municipais Manuel Amorim do PSD, Armando Herculano do BE e Fernando Reis da CDU.-----
- Este ponto foi aprovado com um voto contra, duas abstenções e quarenta e dois

¹ Para todas as intervenções dos deputados e os textos dos documentos remete-se para a gravação da sessão, em suporte digital, que se anexa e que aqui se dão integralmente por reproduzidas para todos os efeitos.

² Doc. 1 que se anexa

³ Doc. 2 que se anexa

⁴ Doc. 3 que se anexa

⁵ Doc. 4 que se anexa

⁶ Doc. 5 que se anexa

⁷ Doc. 6 que se anexa.

Assembleia Municipal

Vila do Conde

Handwritten mark or signature in the top right corner.

votos a favor.-----

--- b) Alteração às Posturas de Trânsito das freguesias de Ferreiró e de Vilar do Pinheiro.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara e Afonso Ferreira do CDS/PP.-----

--- Este ponto foi aprovado com dez abstenções, trinta e cinco votos a favor e nenhum voto contra.-----

--- c) Mapa do pessoal 2012/2013 - alteração.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara, Fernando Reis da CDU, Carla Micaela Palhares do PSD, Armando Herculano do BE e Afonso Ferreira do CDS/PP.-----

--- Este ponto foi aprovado com um voto contra, nove abstenções e trinta e quatro votos a favor.-----

--- d) Revisão e alteração do PAF, Plano de Reajustamento Financeiro, no âmbito do PAEL e repartição do FEF para o ano de 2014.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara, Manuel Amorim do PSD, Fernando Reis da CDU, Bruno Almeida do PS, Armando Herculano do BE, Alexandre Raposo do CDS/PP e João Fonseca do PS.-----

--- Este ponto foi aprovado com dois votos contra, oito abstenções e vinte e nove votos a favor.-----

--- e) Informação da presidência da Câmara sobre a actividade municipal.-----

--- Intervieram Fernando Reis da CDU e Afonso Ferreira do CDS/PP. O Presidente da Câmara respondeu às questões solicitadas.-----

--- De seguida o Presidente da Assembleia Municipal encerrou o Período da Ordem do Dia. Colocou a deliberação a MINUTA DA ATA DA SESSÃO, a qual foi aprovado por unanimidade. Abriu o PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA (eram uma hora e cinquenta minutos). Nenhum munícipe se inscreveu. O Presidente da Assembleia Municipal deu os trabalhos por encerrados.-----

Dr. Lúcio Ferreira

Dr. Ana Luisa Beirão

João Carvalho

CDS
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde



*Assinatura do
Grupo Municipal*

VOTO DE PESAR

No passado dia 20 de Janeiro faleceu o conhecido empresário Vilacondense Sr. Artur Azevedo.

Figura de destaque no meio empresarial local e nacional e apoiante ativo junto do movimento associativo.

Tratou-se de um empreendedor com uma visão empresarial de grande destaque com a qual criou centenas de postos de trabalho em Vila do Conde e através das suas marcas projetou o nome da sua terra natal pelo mundo fora.

Pelos seus méritos esta assembleia municipal presta homenagem recomendando à Câmara Municipal que a mesma, no exercício das suas competências, estude a atribuição de uma medalha de mérito municipal e eventualmente a inclusão do seu nome numa via publica municipal.

Igualmente se presta homenagem cumprindo comum minuto de silêncio.

O Grupo Municipal,

Vila do Conde, 26 de Fevereiro de 2013

Em caso de aprovação solicita-se o envio deste voto de pesar à família e à Assembleia de Freguesia de Touguinha.

*Assinado por
Mariano B. de*

Moção

Foi com alguma surpresa, mas simultaneamente com grande expectativa, que vimos, num passado recente, um despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a declarar como de “utilidade pública e com caráter de urgência”, a expropriação de 477m² de terreno para possibilitar o alargamento da via de acesso às autoestradas A7 e A28.

De facto essa importante via de acesso, que é de jurisdição nacional e da responsabilidade das Estradas de Portugal, tem projeto de alargamento concluído e há muito que a Câmara Municipal vem insistindo na importância e urgência do referido alargamento e beneficiação.

Não um projeto de duplicação das vias de circulação até à Rotunda dos Fundadores, como alguns já defenderam transportando o problema e a concentração de viaturas para o interior da cidade e, com isso, prejudicando a mobilidade e o trânsito local. Mas sim, o mais conveniente, que prevê o alargamento e duplicação do número de vias de circulação entre o nó da A7 e A28 até à Rotunda do Desporto, com a criação de novos acessos, com entradas e saídas de mão, garantindo que os movimentos para a zona nascente e norte do concelho, designadamente as Caxinas e Poça da Barca se fizesse sem ter que se aceder à Rotunda do Desporto.

Estranhamente, da Secretaria de Estado das Obras Públicas chegou a informação de que a Declaração de Utilidade Pública se refere apenas à disponibilização da área necessária para a construção da rotunda de acesso à Agros e que a duplicação das vias, no acesso à A7 e A28 não é uma intervenção prioritária !!! Absolutamente lamentável...

Porque o assunto tem a maior importância para Vila do Conde e para os Vilacondenses, bem como para os milhares de automobilistas que diariamente acedem à cidade, o grupo do Partido Socialista propõe que se oficie ao Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para que reanalise a situação, tendo em vista a criação de condições para que este importante investimento para Vila do Conde seja concretizado.

pelo Grupo do PS



Alfonsina de Jesus
Muniz de Sá

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Proposta de

MOÇÃO

Em defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresários

O tecido económico do concelho é caracterizado por uma forte densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotclaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços (*farmácias, cabeleireiros, gabinetes de contabilidade e projecto, clínicas, ginásios, etc.*), entre outros.

Todos estes sectores estão a passar por uma fase muito difícil, resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal, nomeadamente com o IVA na Restauração a 23%, da nova Lei do Arrendamento Comercial, permitindo aumentos inaceitáveis de rendas e facilidades de despejo.

As linhas de crédito anunciadas estão longe de permitir o acesso dos micro e pequenos empresários ao crédito. A Justiça continua onerosa e demorada. O há muito reclamado Apoio Social em caso de insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento do Estado para 2013, veio acompanhado do aumento da TSU de 29,60% para 34,75%, e possível utilização apenas a partir de 2015!

Apesar das principais medidas passarem por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, pode dar um contributo para a defesa e dinamização das micro, pequenas e médias empresas. Nomeadamente em termos da derrama, das taxas e tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários do comércio, da mobilidade e dos transportes urbanos, da segurança contra incêndios, assaltos ou meros acessos aos estabelecimentos comerciais e industriais, da animação das zonas comerciais de cada núcleo urbano, da iluminação de Natal, da limpeza urbana, do embelezamento dos espaços, da redução ou do aumento das taxas dos reclames, toldos, esplanadas e outra ocupação da via pública, bem como de todos os regulamentos relativos às actividades industriais e comerciais. A par da questão central do pagamento atempado de serviços e bens adquiridos às pequenas empresas.

Assim, Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida a 26 de Fevereiro de 2013, decide:

1. Reclamar do Governo medidas urgentes na Fiscalidade, nomeadamente reduzindo o IVA da Restauração, no Crédito, no apoio ao Investimento, com programas adequados do QREN, e em especial para o Comércio, na Justiça, não a afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial, e de Apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.

2. Recomendar ao Executivo Municipal:

- a) Que analise a possibilidade de isentar ou reduzir temporariamente algumas taxas (*reclames / toldos / utilização da via pública*), ou mesmo impostos (*IMI / Derrama*), e simplifique o respectivo processo de licenciamento, a estabelecimentos dos sectores da pequena indústria, do comércio tradicional, da restauração e dos serviços;
- b) Que promova a criação de um Conselho Municipal para as Actividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais e sindicais do sector, com o objectivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada sector, para definição de estratégias de desenvolvimento, e apoio às decisões a assumir pelo Município.

*2º ponto
reclames*

Vila do Conde, 26 de Fevereiro, de 2013

CDU – Coligação Democrática Unitária

A Enviar:

- Primeiro-Ministro
- Ministro das Finanças
- Ministro da Economia
- Comunicação Social

CDS
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

A.
2

DECLARAÇÃO POLITICA

Considerando que a presente Assembleia Municipal é a primeira do último ano deste mandato consideramos que este deve ser o momento para declarar algumas posições políticas sobre a realidade da autarquia e sobre o futuro da mesma.

Como é sabido o elenco da câmara municipal presidido pelo Eng. Mário de Almeida só tem pouco mais de 8 meses de governação. A limitação de mandatos trouxe consigo a novidade de impor uma alteração nas figuras dos executivos obrigando a um exercício de refrescamento que o voto popular e a dinâmica democrática não permitiram nos últimos 36 anos.

Independentemente dos resultados eleitorais, o facto é que iremos aceder a uma nova filosofia e a novas personalidades à frente dos destinos do nosso município. Este é um facto intransponível para a Câmara Municipal assim como para algumas Juntas de Freguesia.

Que conclusões se poderão tirar do trabalho liderado pelo Partido Socialista:

1 – No âmbito do ordenamento do território tornou-se por demais evidente que a política conservadora definida pelo Partido Socialista acabou por trazer resultados positivos no âmbito da protecção da imagem da sede do concelho assim como de algumas freguesias. Dessa realidade destacam-se inúmeros prémios que dignificam não só os responsáveis políticos mas também todos os Vilacondenses. No entanto, registamos que a política de ordenamento não foi uniforme em toda a cidade sendo, negativamente, de mencionar o grande tropeção dado no lugar das Caxinas e Poça da Barca onde a teia de construções reflecte uma desorganização que hoje qualquer operação estética não consegue disfarçar. A política de ordenamento para além do impacto visual que dela advém arrasta, naturalmente, consigo fenómenos económicos e sociais. A nosso ver seria obrigação de quem tanto se envolveu com a população procurar soluções de incremento económico – atrair investimento consolidado – e crescimento populacional – atraindo população e consolidando a população residente. Infelizmente percebe-se que tudo isto ficou bastante aquém do inicialmente proposto. A zona industrial de raiz está hoje distorcida em função das actividades de comércio em curso e não actividades industriais de consolidação económica e geradora de emprego. O desequilíbrio entre a cidade e o resto do concelho permanece. Finalmente entende-se que em termos populacionais estamos com um défice aproximado de 30 mil habitantes para atingirmos um rácio de equilíbrio importante para a dinâmica municipal.

2 - A política social, no âmbito da habitação social, foi um projecto de raiz e uma aposta central da autarquia. Contudo, ainda mantemos desequilíbrios por demais evidentes que se espelham em habitações desocupadas e por outro lado pela manutenção de soluções, na cidade principalmente, onde o constrangimento da distribuição populacional reflecte directamente um status negativo violando claramente a inserção social presente na génese do projecto habitacional inicialmente definido.

A

CDS
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

3 – As grandes obras públicas foram uma realidade ao longo destes anos de Partido Socialista. Grande parte das mesmas assente em financiamentos oriundos do Estado e da União Europeia. A saber: toda a intervenção do Polis, a realização da recuperação de edifícios municipais, o Metro do Porto e sua influência na cidade e freguesias, unidades culturais e museológicas espalhadas pelo município. Da cultura, ao lazer passando pelas funções administrativas o investimento público trouxe qualidade e reabilitação. No entanto percebe-se que isso trouxe um custo. Primeiro um custo financeiro que irá condicionar o futuro dos vilacondenses nos próximos 20 anos e em segundo lugar acarretou um condicionamento de políticas de crescimento e modificação da morfologia de gestão que implicará um esforço demasiadamente caro para o município. Aliás, refira-se como vimos esta na votação do orçamento de 2013 que a autarquia está totalmente condicionada a impor aos Vilacondenses nos próximos vinte anos taxas e impostos máximos, sendo quase caso único neste momento no Distrito do Porto, onde a maioria das autarquias está a auxiliar as empresas e as famílias com reduções na carga tributária municipal. Na realidade o pressuposto do investimento público deveria ser a catalisação para o investimento privado consolidado e que hoje, quando é mais preciso, não será possível. É certo que a filosofia de investimento público decorre de uma vontade sufragada pela população de 4 em 4 anos mas estamos convictos que o voto surgiu sempre em função de uma expectativa da promessa, que teimosamente não se foi concretizando. E o que ficou por concretizar? E os equipamentos desportivos públicos prometidos para as Caxinas? E os equipamentos públicos prometidos para a Junqueira? Exemplos pontuais de um exercício de vontade que não viu a luz do dia!

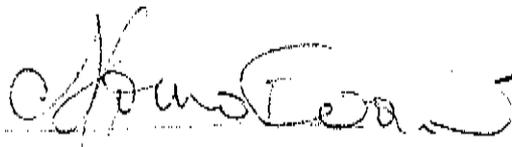
4 – Política de turismo. A parente pobre da governação socialista. Ironicamente este município ao ter fugido da agricultura e da indústria deveria ter hoje uma almofada de apoio num sector que aproveitaria as potencialidades naturais do concelho. Afinal bastou afirmar um sucesso das feiras realizadas no Verão, o sucesso das Curtas e o sucesso da utilização das praias para se considerar que tudo estava feito, e bem feito. Mas o melhor exemplo da política de turismo e expansão da imagem do concelho está na inexistência de um hotel com quatro estrelas na sede de concelho. O que existe está do outro lado da margem do rio... Nestes termos existe aqui um caminho enorme para desbravar.

5 – Finalmente a política de gestão de recursos humanos da autarquia. Atravessando todos os temas acima referidos sem esquecer o sector da educação percebemos que a autarquia acabou por ficar isolada como o maior empregador individual do município. Se por um lado representa isto uma importante atenuante contra o drama do desemprego também se percebe que a dimensão do numero de dependentes da edilidade arrasta consigo uma condicionante de encargos financeiros que nos deixa reféns de soluções caras. Em abono da verdade a imperiosa necessidade de obtenção de receitas impõe um elevado nível de cobrança de taxas nada simpático na actual conjuntura. Ou seja, a política de emprego agressiva ao longo dos anos tem consequências importantes na gestão corrente e acima de tudo não permite uma gestão flexível que hoje permitiria aumentar a integração de pessoas e com isso acentuar o papel normalizador que o Estado poderia e deveria ter numa conjuntura de profunda crise como aquela que vivemos hoje.

CDS
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

Conclui-se que fechado o ciclo governativo elencado no início desta intervenção vemo-nos confrontados a reequacionar o modelo de financiamento da autarquia e acima de tudo vemo-nos obrigados a repensar as funções primárias do mesmo. Este momento histórico para Vila do Conde, e com a certeza que o também será para todo o Portugal, implica uma linha clara de distinção entre todos os elementos intervenientes na acção política. Justifica-se hoje a autonomia dos projectos políticos assim como uma clara e inequívoca avaliação por parte do eleitorado daquilo que pretende para o futuro. Falamos neste caso na escolha por opções que não sejam mais do mesmo e acima de tudo se traduzam numa criativa e eficaz forma de actuar em defesa do interesse público, também este modelado à realidade que hoje estamos inseridos.

O Grupo Municipal,



Vila do Conde 26 de Fevereiro de 2013

Município de Vila do Conde

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No ano em curso, o Ginásio Clube Vilacondense está a comemorar o seu 50.º aniversário.

Durante este meio século de existência, e partindo do nada, o Ginásio tem vindo a proporcionar à juventude vila-condense a prática das mais diversas modalidades desportivas amadoras, nomeadamente hóquei em patins, voleibol, damas, ginástica, judo, karaté e atletismo.

A pouco e pouco, pelo trabalho realizado, o Ginásio tornou-se um clube de referência, prestigiado e respeitado na cena desportiva nacional.

A partir do momento em que Vila do Conde passou a dispor de instalações desportivas apropriadas, os grandes êxitos desportivos do Ginásio começaram a surgir.

Hoje, o Ginásio orgulha-se dos seus títulos nacionais, europeus e mundiais, vitórias que muito honram Vila do Conde.

Consciente do relevante trabalho realizado ao longo de todos estes anos na formação cívica e desportiva da juventude vila-condense, a Assembleia Municipal, reunida a 26 de Fevereiro de 2013, interpretando todos os que vivem e acompanham a actividade do Ginásio, saúda efusivamente os fundadores, directores, técnicos, atletas e todos aqueles que no Ginásio contribuíram para a valorização da juventude de Vila do Conde.

Pelo grupo do PS



VOTO DE LOUVOR

O escritor Valter Hugo Mãe, figura da literatura atual portuguesa, venceu mais um prémio que o distingue entre seus pares como alguém excepcional e qualidade ímpar.

Sendo Vila do Conde berço de ilustres escritores e terra de acolhimento de outros que marcaram a história de cultura portuguesa deve esta, em sede no órgão político mais representativo da população erguer aqui a sua homenagem a este jovem escritor vilacondense.

A atribuição do Grande Prémio Portugal Telecom de Literatura a Valter Hugo Mãe traduz-se no reconhecimento de uma vida, apesar de jovem, dedicada ao ofício da escrita.

O seu romance "A Máquina de fazer Espanhóis" distinguiu-se entre todo o universo de obras sobre as quais foi analisada e decidida a atribuição de tão distinto prémio.

Nestes termos aprova esta Assembleia Municipal, reunida a 26 de Fevereiro de 2013, o voto de louvor a Valter Hugo Mãe como sinal de reconhecimento e agradecimento pela sua mais recente conquista.

O Grupo Municipal,



Vila do Conde 26 de Fevereiro de 2013

Se for aprovado deverá ser enviado ao escritor assim como deverá publicado na imprensa local.